

SERVIÇO SOCIAL:

Aplicação da ciência e seus antagonismos

Eduardo José da Silva Tomé Marques
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

SERVIÇO SOCIAL:

Aplicação da ciência e seus antagonismos

Eduardo José da Silva Tomé Marques
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Serviço social: aplicação da ciência e seus antagonismos

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadores: Eduardo José da Silva Tomé Marques
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social: aplicação da ciência e seus antagonismos / Organizadores Eduardo José da Silva Tomé Marques, Adriana Regina Vettorazzi Schmitt. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-299-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.996211607>

1. Serviço social. I. Marques, Eduardo José Da Silva Tomé (Organizador). II. Schmitt, Adriana Regina Vettorazzi (Organizadora). III. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O e-book “Serviço Social: Aplicação da Ciência e seus Antagonismos” é uma obra que tem como foco principal sistematizar a relação entre as teorias que fundamentam o Serviço Social e a discussão científica da Aplicação da Ciência no cotidiano profissional. O volume abordará de forma ordenada trabalhos, pesquisas, relatos de casos e/ou revisões que refletem os vários caminhos da práxis dos(as) assistentes sociais, estudantes e pesquisadores(as).

O objetivo central é apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos por diversos(as) pesquisadores(as), tendo como linha condutora a diversidade na apresentação de temas de serviço social orientados para a ciência, os antagonismos e enfrentamentos da profissão na contemporaneidade. Em cada capítulo são apresentados os resultados de diversas pesquisas e reflexões com abordagens atuais de temáticas relevantes.

Nesse contexto, o primeiro capítulo da obra apresenta um tema novo ao serviço social brasileiro e de Portugal. O escrito aborda os desafios contemporâneos do serviço social ambiental, com foco nas potencialidades das intervenções assistidas por animais e, também, a necessidade de uma reflexão epistemológica sobre a construção de conhecimentos nesta área, para o bem estar social e animal.

O segundo capítulo aborda as tendências da política de ensino superior brasileira nas últimas décadas, buscando compreender as racionalidades desta política na contemporaneidade, bem como, a complexidade desses processos na formação profissional.

No terceiro capítulo, apresenta-se a relação entre a teoria social marxista e o serviço social, que marca o movimento de renovação crítica do serviço social brasileiro e determina os contornos do atual projeto ético e político da profissão e seus desafios.

O quarto capítulo trata da historicidade e complexidade marxista, refletindo-se sobre o conceito de intelectual orgânico em Gramsci, para o desenvolvimento de uma práxis política e profissional de democratização da vida social.

O quinto capítulo apresenta uma análise das questões do serviço social na saúde e as relações familiares e de gênero nos atendimentos do serviço social na saúde e hospitalar.

O sexto capítulo tem como objetivo realizar uma reflexão acerca da importância do olhar crítico do(as) assistente social nas ações preventivas e socioeducativas na perspectiva da proteção integral de crianças e adolescentes.

O sétimo capítulo analisa o trabalho do(a) assistente social com usuários de álcool e drogas, e os aspectos teóricos e metodológicos, na materialização no contexto da reabilitação de pessoas dependentes de álcool e drogas e as questões sociais.

No oitavo capítulo, apresenta-se os resultados da pesquisa sobre a família e o

projeto terapêutico com vistas à desconstrução de uma cultura manicomial.

No nono capítulo, discute-se um problema de saúde pública por meio de uma revisão bibliográfica sobre o processo do envelhecimento e sua relação com o suicídio na pessoa idosa.

O décimo capítulo, dando sequência ao tema sobre idosos, trata do trabalho educativo do serviço social em uma universidade de terceira idade.

Na sequência, versando sobre um tema fundamental nos dias atuais, o estudo debate sobre feminização da pobreza e a resistência das mulheres, como sujeito de classe na luta contra o patriarcado e contra o racismo”.

No décimo segundo capítulo, apresenta-se apontamentos sobre o trabalho do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), esse que é uma das principais portas de atendimento do Serviço Social no Brasil.

Para concluir, registra-se a análise da experiência de estágio realizado no DEINFRA.

Deste modo o “Serviço Social: Aplicação da Ciência e seus Antagonismos” apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui estão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, para a geração de novos saberes em todas as áreas do Serviço Social, enquanto fomentadora de novas pesquisa e aprimoramento intelectual e profissional.

Boa leitura a todos e a todas.

Eduardo José da Silva Tomé Marques
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SERVIÇO SOCIAL AMBIENTAL: CONTRIBUTOS PARA UMA REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA SOBRE AS POTENCIALIDADES DAS INTERVENÇÕES ASSISTIDAS COM ANIMAIS

Joana Filipa Peres Gomes

Eduardo José da Silva Tomé Marques


Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9962116071>

CAPÍTULO 2..... 20

CONTRAREFORMA EDUCACIONAL: AS TENSÕES ENTRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Carla do Nascimento Santos Morani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9962116072>

CAPÍTULO 3..... 31

SERVIÇO SOCIAL E MARXISMO: FUNDAMENTOS E DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Daniela Neves

Janaiky Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9962116073>

CAPÍTULO 4..... 42

CONVERGÊNCIAS HISTÓRICAS ENTRE GRAMSCI E LUKACS: REFLEXÕES SOBRE O INTELLECTUAL ORGÂNICO E O SERVIÇO SOCIAL

Luci Faria Pinheiro

Taíza da Silva Gama

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9962116074>

CAPÍTULO 5..... 57

FAMÍLIA, GÊNERO, NEGLIGÊNCIA E CUIDADO NA ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA. BREVE REFLEXÃO SOBRE AS DEMANDAS DIRECIONADAS PELA EQUIPE DE SAÚDE AO SERVIÇO SOCIAL

Tereza Cristina Ferreira da Silva


Ivaneide Ledo Lobato

Luciana da Silva Catete

Débora dos Santos de Menezes

Lorena Gama de Almeida

Anastácia Emanuele Araújo Coutinho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9962116075>

CAPÍTULO 6..... 68

A IMPORTÂNCIA DO OLHAR CRÍTICO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: AÇÕES PREVENTIVAS E

SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELA INSTITUIÇÃO FICAR DE BEM


Keila Rafaela de Queiroz
Cléverson Gonçalves de Oliveira
Laizi Marques Santos Souza
Alais Firmino Cordeiro
Izabella Lage Cambraia de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9962116076>

CAPÍTULO 7..... 76

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL COM USUÁRIOS DE ÁLCOOL E DROGAS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL ALCOOL E DROGAS


Maria da Consolação Pitanga de Sousa
Mayza Costa Araújo
Ana Valéria Matias Cardoso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9962116077>

CAPÍTULO 8..... 88

FAMÍLIA E PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR: MECANISMOS PARA DESCONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA MANICOMIAL


Sonia Maria da Silva Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9962116078>

CAPÍTULO 9..... 99

O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E SUA RELAÇÃO COM O SUICÍDIO NA PESSOA IDOSA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA


Renata Maria Assunção de Carvalho Sousa
Geovane Soares Mendes
Graziella Freitas da Costa Carneiro
Guilherme Antônio Lopes de Oliveira
Márcia Regina Galvão de Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9962116079>

CAPÍTULO 10..... 111

O TRABALHO EDUCATIVO DO SERVIÇO SOCIAL EM UMA UNIVERSIDADE DE TERCEIRA IDADE


Alzira Tereza Garcia Lobato
Carla Virginia Urich Lobato



 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99621160710>

CAPÍTULO 11..... 120

FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES: RELAÇÕES PATRIARCAIS DE SEXO NA COMPLEXIDADE DA LUTA DE CLASSES

Ana Lúcia de Lima Gomes
Suzérica Helena de Moura Mafra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99621160711>

CAPÍTULO 12.....	132
O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL	
Carla Cristina Marinho Piva	
Chris Giselle Pegas Pereira da Silva	
Cristiane de Barros Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99621160712	
CAPÍTULO 13.....	142
RESULTADO PARCIAL DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REALIZADO NO DEINFRA — FLORIANÓPOLIS/SC	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99621160713	
SOBRE OS ORGANIZADORES	148
ÍNDICE REMISSIVO.....	150

CAPÍTULO 2

CONTRAREFORMA EDUCACIONAL: AS TENSÕES ENTRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 04/06/2021

Carla do Nascimento Santos Morani

Rio de Janeiro – RJ

[https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=8C9C90416AF0EB3D83BA396945A41252#)

[menu?f_cod=8C9C90416AF0EB3D83BA396945A41252#](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=8C9C90416AF0EB3D83BA396945A41252#)

RESUMO: O presente artigo é resultado de pesquisa, reflexões e discussões teóricas realizadas sobre o ensino Superior e formação profissional em Serviço Social no Brasil sistematizadas no processo de construção da minha tese de doutorado sobre “A Supervisão de estágio como atividade constitutiva do trabalho do Assistente Social” que foi defendida no ano de 2018, que trouxe a abordagem sobre a formação profissional do Assistente social na atualidade. Portanto, visa apresentar as tendências da política de ensino superior brasileira nas últimas décadas, buscando compreender as racionalidades desta política na contemporaneidade bem como, a complexidade desses processos na formação profissional do assistente social. O entendimento sobre os impactos na educação superior é necessário para a compreensão dos desafios apresentados na formação profissional do assistente social na totalidade histórica dos processos sociais a partir das formas assumidas pelo capital na dinâmica da acumulação no cenário de crise e contrarreforma do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Contrarreforma do Estado, Política de ensino superior, Serviço Social e Formação profissional.

EDUCATIONAL COUNTERREFORM: THE TENSIONS BETWEEN HIGHER EDUCATION POLICY AND THE SOCIAL SERVICE PROFESSIONAL QUALIFICATION PROJECT

ABSTRACT: This article is the result of research, reflections and theoretical discussions about higher education and professional training in Social Work in Brazil, systematized in the process of building my doctoral thesis on “Internship supervision as a constitutive activity of the work of the Social Worker” which was defended in 2018, which brought the approach to the professional training of Social Workers today. Therefore, it aims to present the trends of Brazilian higher education policy in recent decades, seeking to understand the rationales of this policy in contemporary times as well as the complexity of these processes in the professional training of social workers. Understanding the impacts on higher education is necessary to understand the challenges presented in the professional training of social workers in the historical totality of social processes based on the forms assumed by capital in the dynamics of accumulation in the scenario of crisis and counter-reform of the State.

KEYWORDS: State Counter-Reformation, Higher Education Policy, Social Work and Professional Qualification.

1 | INTRODUÇÃO

A Educação Superior pública, especialmente desde o final do século XX, vêm sofrendo crises e desafios que afetam não só a universidade, como também os direitos e as políticas sociais conquistados pela classe trabalhadora. A “Reforma” da Educação Superior, que vem sendo implementada desde 1995 (com mais ênfase a partir do governo Lula da Silva) pelo Ministério da Educação segue a dinâmica dos organismos multilaterais, que impõe uma nova racionalidade para a Educação e, conseqüentemente para a formação profissional. Esta relação não está desassociada das condições políticas que caracterizam a realidade brasileira, dentre as quais destacamos a relação entre o Estado e a sociedade civil que, embora tenha ampliado, subordina as relações sociais à lógica do mercado, sem nenhum sentido de coisa pública.

O projeto de formação profissional do Serviço Social instituído pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996, parte de uma teoria social crítica para a leitura da realidade, acompanhada da dimensão investigativa e interventiva da profissão. Este projeto engloba aspectos que se referem à compreensão de que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social do trabalho, determinada socialmente, incorporando três dimensões que a formação profissional deve proporcionar que são: a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

O estudo sobre a formação profissional na contemporaneidade nos revela grandes desafios frente às modificações do mundo do trabalho, no papel do Estado, da sociedade civil e na organização das políticas sociais, que trazem grandes repercussões na formação e exercício profissional do assistente social. Portanto, no que se refere à formação profissional em serviço Social, precisamos compreendê-la frente aos interesses de classes e a possibilidade de reafirmação de um projeto profissional prioritário aos interesses da classe trabalhadora.

Nesta direção é importante considerar alguns aspectos que podem contribuir para a análise crítica deste processo, que, neste artigo, foi organizado em dois momentos, a saber: Contrarreforma Educacional e a Política de Educação Superior brasileira na contemporaneidade e a Política de Educação Superior e projeto de formação profissional do Serviço Social.

2 | CONTRAREFORMA EDUCACIONAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE

Nos marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo mundializado¹, os anos de 1980 e 1990 foram anos adversos para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para a entrada do ideário neoliberal no Brasil

¹ A expressão 'mundialização do capital' é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês 'globalização', que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista voltado à produção manufatureira ou às principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta globais (CHESNAIS, 1996, p. 17).

que trouxe grandes rebatimentos para a organização política de ensino superior, devido à ação do Banco Mundial (BM) que passa a elaborar, monitorar e condicionar aos países periféricos contrarreformas² educacionais condizentes voltadas para o ajuste estrutural das economias destes países. Sendo assim o BM parte em defesa do ensino fundamental reforçando o discurso de universidade pública como lócus dos privilegiados. Neste contexto, a autora afirma que o Banco Mundial passa a preconizar a educação básica como forma essencial (PEREIRA, 2008).

Segundo Lima (2006), esses organismos buscam um consenso de forma estratégica visando à supressão das fronteiras entre os Estados nacionais e com isso a homogeneização dos espaços. Sob a direção política do ideário neoliberal, os processos de diversificação de fontes de financiamento são incentivados pelos organismos internacionais, com o discurso de que ao ensino superior é destinado um montante de verbas superior ao ensino básico e que deveria ocorrer uma transferência destas para a educação fundamental.

Se referenciando nos estudos de Lima (2006) sobre a Reforma da educação superior, Pereira (2008) expõe que o discurso de defesa da abertura do ensino superior para outras fontes de financiamento utiliza-se de duas estratégias: (1) a liberação dos serviços educacionais e a expansão de instituições privadas; (2) o estabelecimento de parcerias com fundações de direito privado, cobranças de mensalidades e taxas e corte no investimento do que se refere a novas contratações de trabalhadores no âmbito público educacional, além da falta de manutenção e aperfeiçoamento da infra-estrutura pública.

Diante do exposto, percebe-se que o lugar da política de ensino superior no Brasil, se encontra atrelada há uma perspectiva de formação profissional voltada estritamente para o mercado de trabalho e como espaço utilizado também para a exploração capitalista, no qual se encontra o discurso da educação inclusiva, como forma de acesso para os segmentos mais pauperizados a educação superior e contribuição para a empregabilidade através de sua capacitação, com a criação de programas de acesso à educação superior pelo governo, mas que se expressam no âmbito privado e, portanto, se configurando como uma via lucrativa para a expansão capitalista.

No Brasil vem aumentando o número de instituições de ensino superior e os dados do Censo da Educação superior de 2016 elaborado pelo Instituto *Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (INEP), demonstram que do ano 2003 à 2016 esse crescimento se deu consideravelmente no âmbito privado e especificamente com proliferação de faculdades, conforme dados abaixo apresentados na tabela 1 a seguir.

2 A expressão contrarreforma é utilizada por Behring (2003, p. 213), em seu livro “Brasil em contrarreforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos”, no qual a autora, com base em Mattoso (1999), expõe que a contrarreforma concretiza-se em alguns aspectos: na perda de soberania – com aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha como perspectiva a retomada do emprego e do crescimento, em função da destruição dos mecanismos de intervenção neste sentido, o que implica uma profunda desestruturação produtiva e no desemprego; e, em especial, na parca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade social, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática.

Ano	INSTITUIÇÕES								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2003	1.859	79	84	3	78	86	1.490	39	-
2004	2.013	83	86	3	104	104	1.599	34	-
2005	2.165	90	86	3	111	105	1.737	33	-
2006	2.270	92	86	4	115	119	1.821	33	-
2007	2.281	96	87	4	116	116	1.829	33	-
2008	2.252	97	86	5	119	100	1.811	34	-
2009	2.314	100	86	7	120	103	1.863	35	-
2010	2.378	101	89	7	119	133	1.892	37	-
2011	2.365	102	88	7	124	135	1.869	40	-
2012	2.416	108	85	10	129	146	1.898	40	-
2013	2.391	111	84	10	130	140	1.876	40	-
2014	2.368	111	84	11	136	136	1.850	40	-
2015	2.364	111	84	11	138	130	1.850	40	-
2016	2.407	108	89	10	156	138	1.866	40	-

Tabela 1 – Número de Instituições de educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa – Brasil – 2003-2016.

Fonte: MEC/Censo Inep, 2003-2016, construída por Morani (2018).

Desta forma com os dados apresentados na tabela 1, é perceptível a proliferação de instituições de ensino superior no âmbito privado, a distinção da organização administrativa desse espaço e, portanto, perspectivas distintas de formação profissional.

Portanto, verifica-se que o sistema educacional vem se modificando significativamente, tendo em vista atender às exigências dos organismos internacionais e/ou a lógica do capital. O discurso dos organismos internacionais do capital considera a necessidade de redução das verbas públicas para a educação, especialmente superior, e deixa claro que, para garantia do acesso à educação, é imprescindível o fortalecimento da expansão do ensino privado. Essa redução da contribuição do Estado no financiamento da educação superior também busca acentuar a responsabilidade das instituições de ensino superior para prover seus próprios recursos, através de uma proposta de autonomia para as universidades que atribui uma lógica empresarial à universidade brasileira.

Lima (2012) destaca que o processo crescente de privatização da educação superior vem acompanhado de um discurso de “democratização” deste nível de ensino, mas, evidencia uma ruptura com o princípio da universalidade ao acesso da educação, defendido historicamente pelos movimentos sindicais e sociais latino-americanos. A defesa da expansão da educação superior faz parte das lutas históricas da Campanha em defesa da Escola Pública, do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e, hoje, a retomada das ações políticas pelo Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública no Rio de Janeiro reafirma a necessidade urgente de uma política de expansão do ensino superior pautada na defesa intransigente da educação pública e gratuita e do financiamento público exclusivo para as universidades públicas.

Cumprе ressaltar que o crescimento de unidades de ensino superior, sobretudo privadas, aparece articulado com o movimento do Estado brasileiro de incentivo à expansão do ensino superior, via setor privado e não confessional, que dentre outras formas, acontece através de iniciativas que ampliam o papel do mercado na comercialização da educação superior no setor de serviços. Outro aspecto importante sobre o empresariamento da educação diz respeito à privatização interna nas universidades públicas, que se expressam através de cursos pagos, fundações de direito privado e Lei de Inovação Tecnológica. A condução dessa privatização pelo Governo Federal (de Fernando Henrique Cardoso a Lula da Silva) se materializa através da criação de um arcabouço jurídico que compreende:

(O Decreto Presidencial 5.205/04 que regulamenta a ação das fundações de direito privado nas universidades públicas e a Lei de Inovação Tecnológica – 10.973/04 – são importantes referências desta privatização interna). Estas ações demonstram, portanto, a configuração de um determinado “perfil” de trabalhador docente: os empreendedores. Um docente que, na condição de *empresário de si mesmo*, capta recursos públicos e privados no lucrativo “mercado educacional” criado no interior da universidade pública (LIMA, 2012, p.16, grifos da autora).

No que se refere ao produtivismo que condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação, Lima (2012) faz referência a Bosi (2005, 2007 e 2009) e traz elementos centrais para compreender os rebatimentos da política de pós-graduação e pesquisa no Brasil na intensificação do trabalho docente e para a expansão da educação superior na primeira década deste século.

Dentre os rebatimentos da política de pós-graduação e pesquisa no Brasil na intensificação do trabalho docente, destaco: a questão do produtivismo materializado no padrão mercantil de produção do conhecimento, que compreende o próprio ato produtivo; a redefinição das atribuições e a privatização dos meios de produção do trabalho docente (livros, laboratórios, computadores) que não são mais viabilizados em sua maioria pela universidade, mas pelos docentes que concorrem a bolsas de produtividade.

Soma-se a isso, a estratégia utilizada para a difusão dessa “cultura de produtividade/desempenho” que é a política de avaliação difundida e monitorada pelos órgãos de

fomento: na graduação, pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); na pós-graduação, pelas notas atribuídas aos programas de pós-graduação pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na produção docente conduzido pelo sistema Qualis da CAPES, o que evidencia a competitividade entre instituições, programas e docentes, representando perda de autonomia e a subsunção do trabalho intelectual à lógica mercantil.

Desta forma, ressalto o campo educacional como um espaço de interesses das distintas forças sociais a partir da dimensão estratégica da educação no âmbito cultural e produtivo. A luta pela educação constituiu-se em uma das expressões da questão social exatamente por encerrar um processo de politização em torno do reconhecimento de certas necessidades que deixaram de pertencer exclusivamente à esfera da reprodução privada e ingressaram nas agendas da esfera pública.

Atualmente apresenta-se o aumento nos cortes no investimento nos programas de pós-graduação, sendo anunciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) em 04 de junho de 2019, que ocorrerá o corte de mais 2,7 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Embora, os cortes se apliquem especificamente para cursos com conceito nota 3, esse bloqueio de verbas representa uma redução de R\$ 4 milhões em 2019 e, até 2020, deve representar R\$ 35 milhões.

Essa realidade significa uma redução expressiva nos recursos destinados ao programa que garante materiais de consumo, a participação de professores e estudantes de pós-graduação em eventos para apresentação de trabalhos de pesquisa, bancas de doutorado e mestrado e a realização de doutorado “sanduíche”. Inclusive, torna-se contraditório, na medida em que a própria Capes exige dos alunos (as) e professores (as) da pós-graduação, uma alta produção que é traduzida em trabalhos apresentados em eventos qualificados, publicações em revistas e participação dos professores (as) em bancas de apresentação e avaliação de teses e dissertações.

Encontra-se, portanto, na atual conjuntura, a presença da lógica da expansão universitária, da precarização das formas de contratação de assistentes sociais; da formação profissional estimulada pela proliferação de cursos de graduação de pouca qualidade e a distância; das dificuldades enfrentadas pelos cursos presenciais, seja no âmbito público ou privado, diante das mudanças advindas da LDB/1996.

Além disso, a utilização do fundo público para financiamento da educação superior no âmbito público com a ampliação do acesso via políticas de cotas, das ações afirmativas, que conta com a Lei Estadual nº 6.433 e nº 6.434, de 15/04/2013, no qual é garantida a reserva de cinquenta por cento das vagas em seu processo seletivo a alunos (as) que tenham cursado integralmente a educação básica em rede pública de ensino e, no âmbito privado através de programas de governo para acesso ao ensino superior, como PROUNI

(Programa Universidade para todos)³ e FIES⁴, seguido pela lógica da privatização.

Em contraposição a essa realidade que vem atravessando a educação superior, no dia 30 de maio e 14 de junho de 2019, docentes de todo o país aderiram à greve nacional dos professores federais, contra os cortes no orçamento da educação pública, em defesa do caráter público da universidade, por melhores condições de trabalho, garantia de autonomia, reestruturação da carreira e pela valorização salarial de ativos e aposentados, bem como para derrubar a PEC 6/2019 sobre a reforma da previdência. Segundo os dados publicados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), no dia 14 junho, 45 milhões de trabalhadores participaram ou foram impactados pelos atos e paralisações, com greve aderida em 380 cidades, o que significa um grande avanço de resistência as propostas do governo vigente.

3 I A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Conforme ressaltado no item anterior, a incidência das políticas neoliberais tem determinado fortemente as políticas educacionais no Brasil, como em outros países, que vem apresentando o sistema de privatização do ensino e da exclusão cada vez mais rápida do Estado e de suas obrigações com a Educação e seu financiamento. Tal posicionamento, portanto, traz a exigência de olharmos para os desafios da formação profissional, uma vez que a formação dos professores, a avaliação institucional, a definição conceitual em relação à educação para a pesquisa ou para o mero ensinar, são discussões que perpassam tanto o processo de formação quanto o cotidiano profissional do docente em Serviço Social.

A atual Lei Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) trouxe como finalidade

3 O Programa Universidade para Todos (Prouni) é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Podem se inscrever no Prouni 2º/2015, os candidatos que não possuam diploma de curso superior que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014 e tenham obtido no mínimo 450 pontos na média das notas do Exame. É preciso, ainda, que tenham obtido nota acima de zero na redação. Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve ter renda bruta familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Além disso, o candidato deve satisfazer a pelo menos uma das condições das seguintes condições: ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública; ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola; ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada; ser pessoa com deficiência; ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura. Nesses casos não há requisitos de renda (In: site http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php).

4 O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é o programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Pode se inscrever no processo seletivo do Fies, o estudante que: Não tenha concluído curso superior; tenha renda familiar mensal bruta, por pessoa, de até dois e meio salários mínimos; Tenha participado de alguma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010 e obtido nota mínima de 450 pontos na média das provas e nota na redação que não seja zero. Podem se inscrever ainda, independentemente de terem participado do Enem: Os estudantes que tenham concluído o ensino médio antes de 2010; Os professores do quadro permanente da rede pública de ensino, em efetivo exercício na educação básica, desde que se inscrevam em cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia na sua área de atuação. Nesse caso, podem participar também os professores que já tenham concluído curso superior (In: site <http://fiesselecao.mec.gov.br/>).

da Universidade a criação de conhecimento novo e a disseminação desse conhecimento, através da junção entre ensino, pesquisa e extensão, levando-se em conta as exigências da sociedade, nascidas de suas próprias transformações, num mundo em constantes mudanças. No entanto, é importante distinguir ensino de Educação, para que o direcionamento da Educação não seja um mero treinamento, capacitação ou reciclagem, desconsiderando-a enquanto espaço de construção de conhecimento, o saber pensar; o aprender a aprender; a reconstrução constante; a aprendizagem emancipatória e a pesquisa.

No que se refere à formação e atuação profissional do Serviço Social na realidade brasileira, ao fazermos um resgate sobre a sua trajetória, veremos que as mesmas passaram por processos ideológicos e ajustes aos processos sociais, no qual nem sempre possuíram um mesmo direcionamento, ficando inclusive por muito tempo sem ter um projeto de profissão e de formação profissional, servindo única e exclusivamente aos interesses do sistema capitalista.

O movimento realizado pela categoria, que seria contrário a esse posicionamento da formação e exercício profissional do assistente social só ocorreu nos anos de 1990, a partir de um amplo movimento da categoria profissional na década de 1980, que deu origem a nova Lei de regulamentação da profissão de 1993 (8.662), ao Código de Ética de 1993 e as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 e 1999, que traz consigo conhecimentos para uma reflexão ética, com base na democracia e na liberdade como pressuposto fundamental para a construção de uma nova ordem societária que se oponha à discriminação e à exploração do próprio sistema capitalista, bem como do processo de socialização.

Essa posição das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) apresenta elementos para o reconhecimento por parte dos assistentes sociais, do produto do seu trabalho profissional em suas implicações materiais, ideológicas e econômicas. Considera que o trabalho do assistente social se dá como qualquer trabalho, em um processo, que pressupõe matéria-prima, os meios de trabalho e o produto final, tendo como foco central a questão social. Além do entendimento do Serviço Social, nas suas determinações sócio-históricas e ideológicas, e da sua necessidade de inovar as respostas profissionais no enfrentamento da questão social, o que exige segundo as diretrizes curriculares, capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. E, também, da valorização da sistematização e da dimensão investigativa como parte da formação exercício profissional do assistente social.

A organização do ensino superior e dos cursos de Serviço Social sinalizam aspectos que podem levar a formação profissional a seguir lógicas diferenciadas, no que diz respeito à perspectiva de formação defendida pela ABEPSS e a sua organização nos cursos apresentados nas diversas classificações administrativas e modalidades de ensino superior. Soma-se a isso, a perspectiva de formação profissional que atravessa esses espaços, pois nem sempre vêm se voltando a formação de intelectuais críticos, seguido de uma formação profissional subsidiada pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão,

voltada não somente para adquirir conhecimentos.

Tal realidade pode se apresentar, mediante as modificações ocorridas no âmbito da educação superior no Brasil, pois o Ministério da Educação vem tecendo classificações para as unidades de ensino superior como: Universidade, faculdade ou Centro Universitário⁵ e também cria o decreto que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino, como é o caso do Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006⁶.

Entendo, portanto, que ao mesmo tempo em que esses espaços guardam particularidades em relação ao exercício efetivo da formação profissional, pela diversidade de sua organização administrativa e pedagógica, podem levar a formação profissional do assistente social a ser seguida por práticas e procedimentos dirigidos à sua própria regulação em relação aos processos sociais, trazendo assim rebatimentos na formação e exercício profissional do assistente social.

Outra questão é a precarização das condições de trabalho dos docentes e assistentes sociais, que vêm sendo contratados temporariamente ou parcialmente, por tempo determinado ou por programas, sofrendo redução da jornada de trabalho e de salário, possuindo muitas das vezes um duplo vínculo, por conta do baixo salário, o trabalho em regime de plantão dentre outras formas, bem como a lógica produtivista, sob a exigência de metas de atendimento, seguida da operacionalização e administração de políticas sociais setoriais que não tem a demanda do usuário como prioridade e nem muito menos do Projeto Ético-político defendido pelo Serviço Social.

Essa realidade nos leva a refletir sobre os valores e objetivos dessas instituições e em que medida os mesmos podem influenciar na condução na formação em Serviço Social, tendo em vista a sua autonomia administrativa.

No ano de 2014 foi publicado o segundo volume do documento pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre a incompatibilidade entre graduação à distância

5 A LDB de 1996, em seu Capítulo IV, Da Educação Superior, apresenta a definição de Universidade em seu Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. A mesma não faz referência as demais classificações das unidades de ensino superior.

6 O decreto 5.773 de 09 de maio de 2006 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, na parte de diz sobre as Disposições Gerais, em seu Art. 12, expõe que as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como: I - faculdades; II - centros universitários e III - universidades. Na atual classificação adotada pelo Ministério da Educação, *Universidades* são instituições cujas atividades-fim são o ensino, a pesquisa e a extensão em todas as áreas do conhecimento humano; *Centros universitários* são instituições de ensino em todas as áreas do conhecimento humano, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas; *Institutos* são instituições de ensino e pesquisa que não cobrem todas as áreas do conhecimento humano; *Faculdades Integradas* são instituições de ensino com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas e *Escolas* são instituições que oferecem um ou mais Cursos de Graduação em uma área específica, não precisando fazer pesquisa.

e Serviço Social, com seu primeiro volume divulgado em 2011, que busca dar visibilidade a dados e informações acerca de irregularidades verificadas pela fiscalização dos CRESS de todo o Brasil nas instituições que oferecem essa modalidade de ensino.

Em maio de 2019, o Fórum Nacional em defesa da formação e do trabalho com qualidade em Serviço Social lançou a campanha em defesa da formação com qualidade e educação com direitos, cuja chamada é “*Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética*”. A ação tem como objetivo alertar quem pretende cursar e quem já cursa graduação em Serviço Social, apresentando informações fundamentais a serem seguidas na escolha da instituição de ensino e do curso de graduação, são elas: Escolher uma instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); O curso deve seguir as diretrizes pedagógicas das Resoluções CNE/CES nº 15/2002 e nº2/2007; O projeto pedagógico precisa garantir ensino, pesquisa e extensão e o Código de Ética do/a Assistente Social tem que ser um instrumento para embasar sua formação.

Com base nos princípios da formação profissional do assistente social podemos apontar cinco exigências para a qualidade da formação profissional em Serviço Social: A primeira é sobre a estrutura e lógica da instituição educacional; a segunda é a estrutura do projeto pedagógico do curso; a terceira é o perfil do docente e seu entendimento sobre a profissão, tendo em vista que pela diversificação de conteúdos exigidos na Diretriz curricular da ABEPSS de 1996, nem sempre serão ministrados por assistentes sociais; a quarta é sobre a concepção de educação dos docentes e a quinta é referente à linguagem e as didáticas pedagógicas utilizadas por eles, pois nem todos os cursos de mestrado e doutorado possuem o viés acadêmico e, estes também não se apresentam como um critério para ministrar em cursos de Serviço Social.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões que atravessam a Política de Educação superior e que vem trazendo rebatimentos na formação profissional do assistente social apresentadas no presente artigo, se encontra a exigência cotidiana de apreensão crítica sobre a organização socioeconômica e política da realidade brasileira, suas relações sociais, o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social do trabalho e as demandas postas para a sua formação e atuação profissional, frente às novas racionalidades das políticas sociais Almeida e Alencar (2011).

O processo de formação profissional em Serviço Social deve levar em consideração a finalidade estabelecida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e 1999 e não seguir uma posição fragmentada sob o discurso de que na teoria é uma coisa e na prática é outra. O que se faz necessário a consolidação do projeto de formação profissional crítica, que frente aos interesses de classes, possibilita a reafirmação de um projeto profissional, que se volta para a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, nº 07, São Paulo: Cortez, 1997.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de & Alencar, Mônica Maria Torres de Alencar. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci e as Ciências Sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, V. 9, nº 34, dez. 1990^a.

COLETÂNEA DE LEIS E RESOLUÇÕES. **Assistente Social: Ética e direitos**. 5^a. ed. Rio de Janeiro: CRESS 7^a Região, Volume I, 2008.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Ed. Xamã, 1996. (17 de dezembro)

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social** (Volume 2), Brasília, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – INEP. Censo 2016. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 29 de julho de 2017.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior e educação à distância: democratização do acesso ou subordinação das instituições públicas de ensino superior à ordem do capital?** In: Cadernos Especiais. Caderno Especial nº 33. Edição 08 de maio a 05 de junho de 2006. Disponível em www.assistentesocial.com.br, acesso em 12/09/2015.

LIMA, K. R. de S. **Expansão da Educação Superior Brasileira na primeira década do novo Século**. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. (Org.). **Serviço Social e Educação**. Editora Lumen Juris, 2012, pp. 1-26.

Leis de Diretrizes de Base da Educação Brasileira (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. In: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social- do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo, Editora Xamã, 2008.

SOBRE OS ORGANIZADORES

EDUARDO JOSÉ DA SILVA TOMÉ MARQUES - É professor em Serviço Social na Universidade dos Açores – Portugal, onde leciona diversas unidades curriculares no âmbito do Serviço Social. Também leciona no Curso de Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. Foi diretor do Curso da Licenciatura em Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores. Ao nível das suas qualificações académicas, é Doutor Europeu em Serviço Social pela Universidade Complutense de Madrid – Espanha (2016), Mestre em Família e Sistemas Sociais pelo Instituto Superior Miguel Torga de Coimbra - Portugal (2000) e Licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra - Portugal (1991). Atualmente é investigador afiliado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Pólo da Universidade dos Açores, CICS.NOVA.UAc e anteriormente fez parte do C3i - Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação. Ao longo da sua actividade docente e de investigador tem colaborado com diversas Revistas e Editoras. Nesse contexto é membro do Comité Editorial Internacional da Revista “Espacios Transnacionales - Revista Latinoamericana-Europea de Pensamiento y Acción Social e é membro do Comité Editorial da Revista Científica UISRAEL. Colabora como Revisor de artigos científicos da Revista “Cuadernos de Trabajo Social” (Espanha) e da revista “Veredas: Revista del pensamiento Sociológico” (México). Faz parte do Comité Científico de la Red de Investigación de Diversidad en Organizaciones, Comunidades y Naciones. Como professor colaborou em Universidades de Verão: Vorarlberg University of Applied Sciences, Dornbirn – Austria e Università Degli Studi Di Parma – Italy, tendo participado como orador nas semanas internacionais da Thomas More University na Bélgica e da Inholland University of Applied Sciences na Holanda. Também lecionou em diferentes cursos de licenciatura, mestrados e/ou desenvolveu workshops em contextos internacionais, designadamente na Western Norway University of Applied Sciences (Noruega); Universidad Complutense de Madrid (Espanha), Universidad Pablo de Olavide de Sevilla (Espanha); Universidad Nacional de Educación a Distancia (Espanha); University of Michigan - School of Social Work (USA); Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Xochimilco (México), Bergen University College (Noruega). Alice Salomon Hochschule Berlin (Alemanha); Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (Moçambique), etc. Ao longo da sua actividade esteve sempre envolvido em projetos de cooperação internacional. Actualmente participa no Projeto Erasmus+ ESCUTA-Empreendedorismos Social Comunitário Universitário Transnacional-Açores. Esteve envolvido na concepção, desenvolvimento e participou como e-professor na VIRCAMP - Social Work Virtual Campus, projeto pioneiro no ensino internacional do serviço social que envolve várias universidades europeias e de fora da Europa (<https://vircamp.net>). Desde de 2008 que tem desenvolvido projetos e trabalho no âmbito da intervenção psicossocial em catástrofes, serviço social ambiental e intervenção comunitária criativa. Têm experiência profissional em Gestão de Projetos, foi dirigente associativo em várias organizações da economia social, Consultor da Skillent/i9social, Revisor de candidaturas no âmbito do Programa Cidadãos Ativ@s e avaliador externo do programa ERASMUS +.

Atualmente o autor é Embaixador do Pacto Europeu para o Clima” no âmbito da iniciativa da União Europeia para o clima (DG CLIMA).

ADRIANA REGINA VETTORAZZI SCHMITT - Doutoranda em Educação do PPGEDU URI. Mestre pelo Programa de Pós-graduação Federal em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Graduação em Serviço Social pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC - 2009). Assistente social no Instituto Federal de Santa Catarina campus de São Miguel do Oeste (IFSC). Membro do Grupo de Pesquisa em Ensino, Experiências Docentes e Interdisciplinaridade (GPEEDI) CNPQ área de Ciências humanas e Educação. Membro do Grupo de pesquisa “Rede Iberoamericana de Estudos em Docência, Emancipação e Direito Educativo - RIEDEDE” CNPQ. Membro do Grupo de pesquisa “Gerações: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Sujeitos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”. Membro da comissão editorial da Atena editora. Membro do (NEIPS) Núcleo Especializado na Integração dos Programas Sociais do IFSC. Membro do (NAPNE) Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais do IFSC. Integrante permanente da Comissão de Permanência e Êxito do IFSC -SMO. Membro da Comissão de Avaliação de Ingressantes Cotistas no IFSC - SMO. Experiência Profissional na área de Serviço Social, atuando principalmente na educação, trabalho, serviço social e direitos fundamentais.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 6, 58, 66, 70, 71, 79, 85, 92

Adolescência 70

Ambiental 1, 2, 5, 6, 7, 10, 11, 14, 148

Antropocêntrico 1, 2, 10

Apoio social 5, 12

Área de conhecimento 7

Assistência social 46, 68, 69, 70, 72, 74, 113, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 143

Assistente social 1, 3, 6, 10, 13, 16, 20, 21, 27, 28, 29, 30, 37, 65, 66, 68, 69, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 117, 118, 119, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 143, 144, 145, 147, 149

Avaliação diagnóstica 6

B

Bem-estar 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 14, 64

C

Científico 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 17, 28, 148

Complexidade 20, 44, 47, 53, 57, 58, 59, 68, 70, 72, 120, 121, 138

Comportamentos 5, 34, 135

Conhecimento 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 24, 27, 28, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 67, 72, 73, 82, 101, 115, 116, 117, 118, 121, 129, 143, 146, 147

Constituição Federal 59, 70, 74, 79, 133

Contexto social 47

Crianças 4, 11, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 98

D

Demandas 29, 39, 57, 58, 61, 69, 71, 72, 74, 77, 78, 82, 83, 103, 105, 121, 127, 129, 134, 136, 138, 146

Desafios 1, 6, 13, 20, 21, 26, 31, 32, 38, 39, 40, 52, 54, 56, 58, 72, 73, 74, 75, 77, 86, 97, 102, 109, 130, 132, 133, 136, 137, 139, 146

Diagnóstico 6, 7

Dignidade 70

Direitos 1, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 21, 22, 29, 30, 34, 38, 41, 44, 45, 52, 54, 59, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 78, 80, 82, 84, 91, 93, 94, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 138, 149

Disciplina 6, 13, 48, 84

E

Educação 1, 4, 5, 11, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 42, 47, 49, 50, 55, 56, 66, 70, 71, 102, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 149

Efetivação 38, 63, 73, 74, 85, 89, 91, 94, 118, 145

Epistemologia do serviço social 1, 6, 12

F

Família 3, 4, 6, 9, 12, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 73, 78, 79, 82, 84, 85, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 99, 107, 108, 113, 124, 127, 131, 137, 139, 140, 142, 144

Ferramenta 5, 48, 69

Fundamentais 29, 47, 59, 71, 73, 108, 113, 118, 131, 149

G

Generalista 1

Grupos de apoio 3

H

Humano 1, 2, 4, 5, 8, 11, 12, 13, 14, 28, 81, 89, 105, 121, 122, 134, 136

I

Idosos 11, 64, 65, 90, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Instituições 3, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 69, 80, 81, 145

Interações 5, 8, 11

Intervenção assistida 1, 2, 11, 12, 13, 14

Intervenção com animais 2, 17, 18, 19

Intervenção social 1, 2, 7, 14

M

Machismo 1

Mulher 10, 57, 58, 60, 61, 64, 65, 106, 121, 123, 125, 126, 127, 128

Mundo 1, 9, 13, 21, 27, 42, 46, 47, 48, 49, 60, 80, 90, 97, 105, 106, 111, 122, 126, 127, 128, 130, 134, 142

P

Países lusófonos 2

Pós-graduação 2, 24, 25, 56, 88, 120, 149

Prevenção 3, 73, 74, 78, 106, 107, 108, 109, 133, 144

Profissão 1, 2, 6, 10, 13, 14, 16, 17, 21, 27, 29, 31, 32, 35, 36, 39, 40, 41, 50, 51, 54, 69, 72, 73, 74, 84, 140

Q

Questão social 25, 27, 32, 37, 41, 53, 66, 68, 73, 75, 76, 113, 120, 121, 129, 133, 136, 138, 140

R

Reflexão 1, 2, 27, 31, 32, 36, 40, 43, 45, 50, 57, 58, 68, 71, 77, 78, 118, 132, 134, 144

S

Serviço social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 61, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 84, 85, 86, 87, 99, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 131, 132, 133, 135, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149

Serviço social animal 5, 6

Serviço social veterinário 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 14

Suicídio 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112

Superação 3, 36, 50, 62, 72, 73, 91, 96, 105, 129, 136

T

Técnica 35, 47, 81, 136, 137, 138, 139

Terapias 5, 11, 13, 58, 59, 80, 86

U

Utentes 3, 5, 6, 10, 12

V

Violência 3, 4, 5, 6, 52, 63, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 89, 91, 97, 124, 126, 128, 129, 131, 136

SERVIÇO SOCIAL:

Aplicação da ciência e seus antagonismos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora

Ano 2021

SERVIÇO SOCIAL:

Aplicação da ciência e seus antagonismos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora

Ano 2021